

Espírito das serpentes contribuiu para diálogo

Igreja e Montoro se reaproximam mas ainda existem divergências

SÃO PAULO — O episódio das "Serpentes Negras" — uma organização criminoso de cunho marxista, segundo o juiz Corregedor Haroldo Pinto da Luz Sobrinho, que pretenderia dominar os presídios paulistas se teve aspectos extremamente negativos, como o clima de tensão nas penitenciárias, chegando até mesmo a abalar a posição do Secretário de Justiça, José Carlos Dias, teve pelo menos um ponto positivo na avaliação de setores ligados ao Palácio dos Bandeirantes: ajudou a reaproximar a Igreja e o Governo do Estado, cujas relações vinham se deteriorando gradativamente por causa de posições divergentes, sobretudo no campo social. Recentemente, num momento de desabafo, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns chegou a confessar ao Deputado estadual e ex-Presidente da Comissão de Justiça e Paz José Gregori (PMDB) seu "desentusiasmo" com o Governo Montoro, um neologismo que resumia o sentimento de decepção de amplos setores da base e da hierarquia eclesial com o desempenho do Executivo do candidato que ajudaram a eleger em 1982.

— O episódio das "Serpentes" — diz o Presidente Regional do PMDB, Senador Fernando Henrique Cardoso — acabou aproximando Igreja e Governo, pois todo o secretariado se solidarizou com José Carlos Dias (o nome mais marcadamente ligado à Igreja no primeiro escalão do Governo). Dias passou a ser a expressão da autenticidade da política dos direitos humanos.

O Senador admite que o Governo — "um Governo que ouve a Igreja de D. Paulo, sobretudo o lado social" — estava preocupado com os sinais de descontentamento. Embora não houvesse uma situação de conflito como a verificada no Governo Maluf — o Palácio captou mudanças no comportamento de integrantes da hierarquia e de entidades ligadas à Igreja, que passaram a criticar atos e projetos do Governo, deixando de lado a cautela anterior de evitar pronunciamentos que pudessem "fazer o jogo de se teres interessados em desestabilizar Montoro".

A própria Comissão de Justiça e Paz, que representava a ala peemedebista da Igreja, tem colecionado atritos com setores do Palácio dos Bandeirantes com suas críticas a questões relacionadas com desemprego, moradia e violência, pontos que ocupam posição de destaque no planejamento pastoral da Arquidiocese.

ROMANTISMO

Fernando Henrique Cardoso atribui esses desentendimentos a um certo romantismo de ambas as partes com relação à ascensão ao poder, que já está sendo superado. Além disso, nas últimas semanas, o Governo marcou pontos a seu favor com a atuação no episódio das "Serpentes Negras" e na negociação com os bóias-frias de Guariba. O Deputado José Gregori, preocupado com os sentimentos da Igreja com relação a Montoro, registrou há poucos dias comentários elogiosos de D. Paulo sobre o desempenho do Executivo nesses dois casos.

— Nós todos — diz o Senador Fernando Henrique Cardoso — fomos vítimas da ilusão de soluções fáceis, e a lição deve servir para o futuro. As dificuldades são tantas que, se não tivermos capacidade de definir com clareza nossos passos e posições, vamos criar expectativas que serão frustradas depois. E a Igreja também é parte desse processo. Às vezes, a Igreja cobra posições morais diante de uma crise estrutural, o que resulta num certo desencontro.

Ele cita como exemplo a questão do desemprego, lembrando que a Igreja exigia de Montoro a criação de frentes de trabalho para amenizar o problema. Mas, segundo o Senador, ainda que tivesse feito isso, o problema de uma cidade como São Paulo, com um milhão de desempregados, permaneceria praticamente o mesmo, pois só será resolvido com a modificação da política econômica federal.

TELEFONE RESOLVE

Um influente assessor de Franco Montoro prefere estabelecer uma distinção entre o relacionamento com a pessoa do cardeal —que ele considera "bom e aberto" — e o relacionamento com as entidades ligadas à Igreja, no qual identifica "enfrentamentos em várias questões". De qualquer forma, destaca a posição de independência das duas partes, admitindo a preocupação do Palácio de manter permanente diálogo com a Igreja. Além das rotineiras conversas de secretários com o Cardeal na Cúria ou em sua residência, há uma orientação expressa de Montoro: o Cardeal deve ter acesso imediato a todos os gabinetes, inclusive ao do próprio Governador, que mantém sobre a mesa de trabalho uma estatueta com a imagem telefonem a resolve qualquer divergência mais grave — diz o assessor, acrescentando acreditar que o relacionamento com a Igreja tende a melhorar, pois os dois lados estão mais conscientes das dificuldades de governar um Estado como São Paulo.

É verdade que o Cardeal reconhece essas dificuldades e que, por respeito a um Governo eleito com cinco milhões de votos, de um lado, e, de outro, pela influência que ele próprio teve na definição de alguns nomes para cargos no primeiro e segundo escalões do Governo, tem evitado pronunciamentos criticando a administração estadual, preferindo deixá-los a cargo de entidades como a Comissão de Justiça e Paz, que estaria se transformando no "braço mais severo do Cardeal", como definiu um político ligado à Igreja e ao Palácio.

D. Paulo só tem tornado públicas suas opiniões em situações críticas. Antes de completado o primeiro ano de Governo, por exemplo, publicou artigo na Folha de São Paulo, condenando o imobilismo da administração Montoro. Depois, durante o acampamento do Ibirapuera, manifestou sua solidariedade aos desempregados, comparecendo ao local. Este fato, segundo o Deputado José Gregori, levou o Governo a reavaliar sua ação no episódio, preferindo o caminho da negociação e descartando a hipótese de expulsar os manifestantes.

— Na área do desemprego — disse D. Paulo — o Governo não está lançando mão de todos os recursos, embora o problema não vá ser resolvido na esfera estadual. O Governo poderia também fazer mais do que está fazendo na questão da distribuição de terras, abrindo caminho para uma reforma agrária que beneficie a nação inteira. Existe clima para isso, mas é preciso uma legislação adaptada e infra-estruturada que garanta condições de cultivo.

ANESTESIA SUCESSÓRIA

Para o Cardeal, os Governos de oposição, de forma geral, vêm se ocupando muito com a sucessão presidencial e pouco com os problemas do povo.

— A sucessão não deve ser uma forma de anestesiá-lo o povo e ela está sendo — advertiu. — É hora de unir as duas coisas e pôr na frente os problemas do povo. Depois deve vir a sucessão, em torno de um programa de Governo e não em torno de pessoas.

TÂNIA GONÇALVES

(Página 14)